



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

DIREITO CIVIL

1. Assinale a alternativa correta:

- a) Todo e qualquer negócio jurídico pode se sujeitar a anulação sob o fundamento da lesão.
- b) A sentença de anulação do negócio jurídico por coação não tem qualquer efeito retroativo, uma vez que apenas determina a cessação de eventuais efeitos jurídicos futuros.
- c) O consilium fraudis e a scientia fraudis não são requisitos essenciais para a anulação de um negócio jurídico gratuito sob o fundamento da fraude contra credores.
- d) O erro quanto ao objeto do negócio jurídico, desde que essencial, ocasionará a anulação do negócio jurídico mesmo que seja inescusável e não seja recognoscível pela outra parte.

2. O Código Civil de 2002, ao tratar do plano da validade, determina que:

- a) A condição fisicamente impossível não invalida o negócio jurídico.
- b) O negócio jurídico nulo não convalesce, não pode ser confirmado, não pode ser ratificado e nem, tampouco, pode ser convertido substancialmente.
- c) Quando determinada conduta negocial é vedada pelo Código Civil sem que seja expressamente indicada sanção, aplica-se a anulabilidade do negócio jurídico.
- d) A disciplina das invalidades aplica-se, apenas e tão-somente, aos negócios jurídicos.
- e) Anulado o negócio jurídico, as partes serão restituídas ao estado anterior e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas.

3. Segundo a doutrina, são pressupostos de validade do negócio jurídico:

- a) manifestação de vontade; agente emissor de vontade; objeto; forma.
- b) agente emissor de vontade capaz e legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou determinável; forma.
- c) manifestação de vontade livre; agente emissor de vontade capaz e legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou determinável; forma legalmente prescrita ou não defesa em lei.
- d) manifestação de vontade de boa-fé; agente legitimado para o negócio; objeto lícito, possível e determinado, ou juridicamente determinável.

4. Exemplo de ato jurídico existente, válido e ineficaz é:

- a) um testamento feito sob coação.
- b) uma compra e venda celebrada por um menor de 12 anos.
- c) o perdão de dívida não aceito pelo devedor.
- d) um testamento em DVD.

5. O direito civil brasileiro, em razão de seus princípios orientadores, admite a conversão do ato negocial. Tendo em vista essa assertiva, é CORRETO afirmar que a conversão

- a) converte-lhe à validade a qualificação dada pelas partes, excepcionalmente, em razão da licitude do objeto.
- b) atende ao princípio da conservação do negócio jurídico e é somente aplicável nas hipóteses em que não haja nulidade do negócio a ser convertido.
- c) atende ao princípio da conservação do negócio jurídico, mantendo a qualificação dada a ele pelas partes, convalidando-o.
- d) acarreta nova qualificação ao negócio jurídico e refere-se à hipótese de negócio nulo

6. Assinale a alternativa incorreta. É nulo o negócio jurídico quando:

- a) Celebrado por pessoa relativamente incapaz;
- b) Não revestir a forma prescrita em lei;
- c) For ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto;
- d) Tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

7. Acerca dos fatos jurídicos, assinale a opção correta.

- a) A nulidade absoluta, por ser de ordem pública, não se convalida pelo decurso do tempo nem pode ser suprida pelo juiz, ainda que a requerimento dos interessados, sendo insuscetível de confirmação.
- b) O negócio jurídico concluído pelo representante legal em conflito com interesses do representado é anulável, ainda que o terceiro, pessoa com a qual o representante celebra o negócio, não tenha conhecimento de tal conflito. Se restar caracterizada a má-fé desse terceiro, o negócio jurídico é eivado de nulidade absoluta.
- c) Quando a lei não exigir forma expressa, o silêncio indica consentimento ou anuência quanto à manifestação de vontade na interpretação dos negócios jurídicos.
- d) Para que o dolo de terceiro acarrete anulabilidade do negócio jurídico, é exigido que as partes envolvidas no negócio conheçam, de antemão, a existência do dolo.

8. O negócio jurídico NÃO é nulo quando

- a) for preterida alguma solenidade que a lei considera essencial para sua validade.
- b) for indeterminável o seu objeto.
- c) celebrado por pródigos.
- d) o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

9. Assinale a opção correta, levando em consideração as disposições do ordenamento jurídico brasileiro vigente, no que tange aos negócios jurídicos.

- a) Tratando-se de cláusula resolutiva, mesmo que prevista expressamente em um contrato, a mesma não opera de pleno direito, dependendo de interpelação judicial para gerar seus efeitos.
- b) Os negócios jurídicos benéficos deverão ser interpretados sempre com extensividade.
- c) Tanto o erro substancial quanto o dolo acidental tornam o negócio jurídico anulável; o primeiro não obriga a satisfação das perdas e danos, mas o segundo sim.
- d) Tem-se por inexistentes as condições impossíveis, quando resolutivas, mantendo-se o negócio jurídico.

10. Assinale a opção correta, levando em consideração as disposições do ordenamento jurídico brasileiro vigente, no que tange aos negócios jurídicos.

- a) Nos negócios de transmissão gratuita de bens, a caracterização da fraude contra credores não exige a presença do elemento subjetivo (*consilium fraudis*), bastando apenas a existência do elemento objetivo (*eventus damni*).
- b) Quando a lei proibir a prática de um negócio jurídico, sem cominar sanção, o prazo para pleitear-se a anulação do mesmo será de 2 (dois) anos, a contar da conclusão do ato.
- c) Tanto a simulação absoluta quanto a simulação relativa, quando presentes no negócio jurídico, eivam de nulidade absoluta o negócio jurídico como um todo, sendo impossível a subsistência de qualquer ato negocial dissimulado.
- d) Tem-se por inexistentes as condições incompreensíveis ou contraditórias, mantendo-se o negócio jurídico.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

DIREITO PENAL

1. Sobre Fato Típico, e elementos conceituais do crime, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Fato material é aquele que existe independente de se enquadrar ou não ao descritivo legal. A tipicidade, porém, é essencial à existência do fato material.
- b) Fato típico é o fato material que se amolda perfeitamente aos elementos constantes do modelo previsto na lei penal.
- c) Conduta é a ação ou omissão humana, consciente e voluntária, dirigida a uma finalidade. O pensamento, enquanto permanecer encastelado na consciência, não representa absolutamente nada ao Direito Penal.
- d) São quatro os elementos do fato típico: conduta dolosa ou culposa, tipicidade, nexos causal e resultado, sendo estes dois últimos elementos presentes apenas em crimes materiais.

2. O concurso de pessoas é também conhecido por co-delinquência, concurso de agentes ou concurso de delinquentes. Com a reforma penal de 1984, passou-se a adotar, no Título IV, a denominação "concurso de pessoas", no lugar de "co-autoria" visto que se trata de expressão "decerto mais abrangente, já que a co-autoria não esgota as hipóteses de *concursum delinquentium*" (CP, Exposição de Motivos).

Com base no texto acima, é correto afirmar:

- a) Existem algumas teorias a respeito da natureza do concurso de pessoas, dentre elas a teoria monista, unitária ou igualitária, considerada uma teoria moderna sobre a natureza do concurso de pessoas. Segundo a concepção da teoria monista, o crime, ainda quando tenha sido praticado em concurso por várias categorias de pessoas, permanece único e indivisível, distinguindo-se apenas as várias categorias de pessoas (autor, partícipe, instigador, cúmplice etc), sendo todos autores do crime.
- b) Para que ocorra o concurso de pessoas, são indispensáveis os seguintes requisitos: pluralidade de condutas, relevância causal de cada uma das ações, liame subjetivo entre os agentes e produção do resultado.
- c) O concurso necessário refere-se aos crimes plurissubjetivos, os quais exigem o concurso de pelo menos duas pessoas. A co-autoria é obrigatória, assim como a participação de terceiros. Aqui, a norma incriminadora, no seu preceito primário, reclama, como *conditio sine qua non* do tipo, a existência de mais de um autor, de maneira que a conduta não pode ser praticada por uma só pessoa.
- d) O concurso eventual refere-se aos crimes monosubjetivos, que podem ser praticados por um ou mais agentes. Quando cometidos por duas ou mais pessoas em concurso, haverá co-autoria ou

participação, dependendo da forma como os agentes concorrerem para a prática do delito, mas tanto uma quanto outra, podem ou não ocorrer, sendo ambas eventuais.

3. Sobre o crime, é correto afirmar:

- a) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- b) A omissão é penalmente relevante quando o omitente, querendo, poderia agir para evitar o resultado.
- c) O dever de agir incumbe a quem, com seu comportamento anterior, criou a efetiva ocorrência do resultado.
- d) A superveniência de causa relativamente independente, não exclui a imputação, mesmo quando por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.

4. Sobre o crime de Infanticídio, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A legislação vigente adotou como atenuante, no crime de infanticídio, o conceito biopsíquico ou biofisiológico do chamado “estado puerperal”.
- b) Pode ser considerada uma forma atenuada de homicídio, quando este é praticado pela própria mãe, sob influência do estado puerperal, durante o parto ou às horas que a este sucedem, e a pena prevista é de dois a seis anos de reclusão.
- c) Trata-se de crime próprio, pois só pode ser cometido pela mãe contra o próprio filho.
- d) O puerpério é o período de tempo entre a dequitação placentária e o retorno do organismo materno às condições pré-gravídicas, tendo duração média de 06 semanas. Já o chamado estado puerperal seria uma alteração temporária, em mulher previamente sã, com colapso do senso moral e diminuição da capacidade de entendimento, seguida de liberação de instintos, podendo culminar na agressão ao próprio filho.

5. O caput do art. 122 do Código Penal pátrio tipifica o crime de instigação ou auxílio a suicídio, senão vejamos: Art. 122 - Induzir ou instigar alguém a suicidar-se ou prestar-lhe auxílio para que o faça. Sobre induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, marque a alternativa incorreta:

- a) O núcleo tipo é composto por três verbos: induzir, instigar ou auxiliar. Trata-se de um tipo misto alternativo (crime de ação múltipla ou de conteúdo variado). O agente, ainda que realize todas as condutas, responde por um só crime.
- b) A pena para o crime de instigação, ou auxílio a suicídio, é de reclusão, de dois a seis anos, se o suicídio se consuma; ou reclusão, de um a três anos, se da tentativa de suicídio resulta lesão corporal de natureza grave.
- c) A pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico.
- d) A pena é aumentada de um terço, se a vítima é menor ou tem diminuída, por qualquer causa, a capacidade de resistência.

6. A respeito dos crimes contra a honra, assinale a alternativa correta:

- a) Na mesma pena prevista ao crime de Calúnia, porém com redução de um terço, incorre quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou divulga.
- b) A Calúnia admite exceção da verdade, salvo em casos específicos previstos na legislação penal.
- c) A Difamação admite exceção da verdade, salvo em casos específicos previstos na legislação penal.
- d) A Injúria não admite exceção da verdade, salvo em casos específicos previstos na legislação penal.

7. Marque a opção correta a respeito da aplicação da sanção penal:

- a) As causas de aumento e diminuição de pena estabelecem novos limites mínimo e máximo a partir dos quais o juiz deverá fixar a pena-base.
- b) Conforme orientação jurisprudencial majoritária, no concurso de atenuantes e agravantes deve a reincidência preponderar sobre todas as demais circunstâncias.
- c) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica com desígnios autônomos dois ou mais crimes, deve o juiz aplicar a mais grave das penas cominadas, ou uma delas, se iguais, aumentada, em qualquer caso, dentro dos limites máximo e mínimo previstos na lei.
- d) Havendo concurso de majorantes ou minorantes previstas na Parte Especial do Código Penal, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, devendo prevalecer, contudo, a que mais aumente ou diminua a pena.

8. Tem por natureza jurídica ser uma causa obrigatória de diminuição da pena o (a):

- a) Arrependimento eficaz;
- b) Arrependimento posterior;
- c) Desistência voluntária;
- d) Tentativa abandonada.

9. Assinale a opção correta à luz da parte geral do Código Penal.

- a) Nos crimes preterdolosos, aplica-se o disposto no art. 19 do Código Penal, segundo o qual, pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. Em tal modalidade de delito, admite-se a tentativa.
- b) Considere que uma mulher vá a uma loja de departamentos e tente subtrair, para si, uma calça jeans, colocando-a em uma sacola. Ao sair, a mulher é presa em flagrante, visto que o alarme da loja dispara devido a dispositivo antifurto preso à calça. Nessa hipótese, essa mulher responderá por crime de furto consumado.
- c) Na aberratio ictus com unidade complexa, aplica-se a regra do concurso formal perfeito quanto ao resultado.
- d) No concurso formal, as penas serão aplicadas cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa ou culposa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.

10. Relativamente à eficácia das leis no tempo e no espaço no direito brasileiro, assinale a opção correta.

- a) Admite-se a aplicação da lei a fatos concretos ocorridos em data anterior à sua vigência, quando se tratar de lei tributária que traga qualquer benefício ao contribuinte.
- b) O juiz deve aplicar a lei estrangeira em território brasileiro sempre que a controvérsia for relativa à sucessão por morte de bens de estrangeiro situados no Brasil e a lei estrangeira for mais favorável aos herdeiros brasileiros.
- c) Leis revogadas são aplicáveis a casos concretos para, entre outras situações, fazer prova e disciplinar a forma de atos jurídicos praticados antes da vigência da lei revogadora.
- d) Não é possível a aplicação de lei estrangeira, em território brasileiro, para reger obrigações a serem executadas no Brasil



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AValiação DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

PROCESSO CIVIL

1. Quanto ao regime legal da antecipação de tutela previsto no Código de Processo Civil, é correto afirmar

- que o fundado receio de irreversibilidade do provimento é um dos motivos que autoriza a concessão de tutela antecipada.
- que pode o autor requerer providência de natureza cautelar a título de antecipação de tutela e o juiz poderá deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado, dispensando processo de ação cautelar independente.
- que o exame do pedido de antecipação de tutela depende da prévia oportunidade de defesa do réu para garantia do contraditório.
- que, uma vez que o Código de Processo Civil adotou o sistema da persuasão racional para avaliação das provas e motivação da sentença, a decisão que antecipa a tutela fica dispensada da indicação das razões de convencimento que deverão, obrigatoriamente, constar na sentença.
- que, fixando multa para o cumprimento de obrigação de fazer, o juiz não poderá, de ofício, modificar o seu valor, mas apenas por provocação fundamentada a parte interessada.

2. De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito da coisa julgada, é correto afirmar:

- É lícito às partes discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão.
- Fazem coisa julgada os motivos, se importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.
- Faz coisa julgada a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença.
- Faz coisa julgada a apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo
- Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.

3. Quanto à liquidação e ao cumprimento da sentença, assinale a opção correta.

- A liquidação de sentença por cálculo do credor é feita incidentalmente nos autos da ação principal; quando os elementos contábeis estão em poder do devedor, o juiz determinará a sua apresentação, fixando data e impondo multa diária pelo descumprimento da ordem judicial.
- A liquidação de sentença deve guardar estrita consonância com o decidido na fase cognitiva, portanto, se a sentença for omissa em relação à condenação em juros moratórios e correção monetária, esses índices não podem ser incluídos na liquidação, por ofensa ao princípio da imutabilidade da coisa julgada.
- Caso a apuração do montante da dívida ou a individuação do objeto da prestação dependam de alegação e comprovação de fato novo, podem as partes convencionar que a liquidação seja feita por arbitramento, bem como decidir quanto à indicação do perito.

d) A execução provisória da sentença compreende os atos executivos de transferência e adjudicação do bem ou dinheiro penhorado, ficando a satisfação do credor subordinada ao trânsito em julgado da sentença exequenda objeto de recurso.

e) A competência para a execução de decisão judicial de primeiro grau de jurisdição é do juízo que processou a causa, mas admite-se que o credor faça opção pelo foro do domicílio do devedor ou do local onde se encontram bens sujeitos à expropriação.

4. Assinale a opção correta, no que se refere à antecipação dos efeitos da tutela.

a) O tribunal poderá antecipar de ofício os efeitos da tutela pretendida pelo sucumbente, na fase recursal, quando restar caracterizado o abuso de direito de defesa com o manifesto propósito protelatório.

b) A superveniência de sentença de improcedência na ação principal não prejudica o agravo interposto contra a decisão interlocutória que concedeu a antecipação de tutela, porquanto esta não antecipa simplesmente a sentença de mérito, mas a própria execução dessa sentença.

c) Nas ações dúplices, o réu, objetivando impedir o perecimento do direito que alega possuir, pode pleitear antecipação dos efeitos da tutela definitiva, o que assegura àquele a quem for reconhecido como o titular do direito disputado a possibilidade de exercê-lo no futuro.

d) Se a antecipação da tutela for concedida em razão de pedido incontroverso do autor, a decisão concessiva é considerada equivalente ao julgamento antecipado da lide, e, por ser dotada de eficácia imediata, prescinde, para ser mantida, de sentença final.

e) O objeto da antecipação dos efeitos da tutela deve ser a própria tutela, total ou parcial, pedida pelo autor. Essa antecipação, consistente no atendimento provisório dessa tutela, antes que se debata a causa e se complete a instrução processual, e ainda que dotada de eficácia imediata, poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

5. A respeito da sentença e da coisa julgada no processo civil, assinale a opção correta.

a) A resolução de questão prejudicial, por ser motivo da fundamentação da sentença, não faz coisa julgada material, salvo quando o réu requer essa questão mediante reconvenção ou quando decidida incidentalmente no processo.

b) Nas ações genéricas, o juiz poderá proferir, liminarmente, sentença com resolução de mérito julgando procedente ou improcedente a pretensão do autor sem a oitiva da parte ré, quando a causa proposta for idêntica a uma anteriormente julgada por aquele juízo, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

c) A sentença que dispõe sobre relação jurídica continuativa não faz coisa julgada material, podendo ser revista, a qualquer tempo, na mesma ação e no mesmo processo, integrando-se a sentença proferida à decisão anterior, em nova situação jurídica.

d) Não estão sujeitas ao reexame necessário as sentenças proferidas contra a União, o estado, o DF, o município e as respectivas autarquias e fundações de direito público, quando a condenação, ou o direito controvertido, for de valor certo não excedente a sessenta salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor.

e) A proibição de inovar veda ao juiz a prática de qualquer ato no processo depois da publicação da sentença; entretanto, quando verificada a ocorrência de nulidade da sentença proferida, poderá o juiz anulá-la e determinar o prosseguimento regular do processo.

6. Em relação à atividade jurisdicional, às espécies de processo e à tutela jurisdicional, assinale a opção correta.

a) Para que a sentença de um processo de conhecimento produza efeitos, é necessário um processo autônomo de execução.

b) A nulidade de citação poderá ser suscitada mesmo após o trânsito em julgado da sentença.

c) Quando a lide versar sobre questões de ordem pública, a jurisdição atua sem provocação das partes.

d) Embora seja definida como administração pública de interesses privados, a jurisdição voluntária apresenta as mesmas características da jurisdição contenciosa.

e) O processo cautelar é acessório do processo de conhecimento, mas não do processo de execução.

7. A respeito da sentença, é correto afirmar que o juiz

a) pode condenar o réu em quantidade superior ao que foi demandado.

b) pode proferir sentença, em favor do autor, de natureza diversa da pedida.

c) deve proferir decisão certa, ainda quando julgar relação jurisdicional condicional.

d) pode condenar o réu em objeto diverso do que foi pleiteado na petição inicial.

e) pode proferir sentença ilíquida, mesmo se o autor tiver formulado pedido certo.

8. Com relação a antecipação dos efeitos da tutela de mérito, é correto que

- a) concedida ou não a antecipação da tutela, prosseguirá o processo até final julgamento.
- b) o juiz poderá de ofício antecipar parcialmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, quando se convencer da verossimilhança da alegação.
- c) a tutela antecipada não poderá ser concedida quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- d) presentes os pressupostos legais, se concederá a antecipação da tutela, inclusive quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- e) a tutela antecipada poderá ser modificada por decisão fundamentada, mas não poderá, em regra, ser revogada.

9. No que concerne aos requisitos e efeitos da sentença, e de conformidade com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) publicada a sentença o juiz só poderá alterá-la por meios de embargos de declaração
- b) o juiz poderá proferir sentença ilíquida, ainda que o autor tiver formulado pedido certo.
- c) a sentença condenatória genérica não viabiliza a produção de hipoteca judiciária.
- d) a sentença transitada em julgado que condena o devedor a emitir declaração de vontade produzirá todos os efeitos da declaração não emitida.
- e) a sentença que decidir relação jurídica condicional pode ser incerta.

10. O art. 162, § 1º, com a redação dada pela Lei n. 11.232/05, redefiniu a sentença, que, agora, não é mais o ato que põe termo ao processo, decidindo ou não o mérito da causa. Agora, o processo o mesmo processo prossegue depois da sentença e entra no que se convencionou chamar “fase de cumprimento”. Sobre o cumprimento da sentença, assinale a afirmativa correta.

- a) Tratando-se de obrigação por quantia certa, o cumprimento da sentença faz-se por meio de execução.
- b) Citado para o cumprimento, o devedor tem o prazo de quinze dias para efetuar o pagamento do valor devido, sob pena de multa de dez por cento do montante da condenação.
- c) Caso não seja concedido efeito suspensivo à impugnação, essa será decidida nos próprios autos.
- d) A sentença arbitral, dada a sua natureza, não é título executivo judicial.
- e) Se o impugnante, que alegar excesso de execução, não declarar de imediato o valor que entende correto, ficará sujeito a multa de vinte por cento sobre o montante devido.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AValiação DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

PROCESSO PENAL

1. Com relação à prisão processual assinala a alternativa INCORRETA:

- a) Configuram prisão em flagrante delito as seguintes espécies de flagrante: próprio, impróprio, presumido, compulsório, facultativo, esperado e prorrogado;
- b) No caso de acidentes de trânsito dos quais resulte vítima, ao condutor do veículo que o tenha causado culposamente e que tenha prestado pronto e integral socorro à vítima não se imporá prisão em flagrante, mas se exigirá a prestação de fiança;
- c) São circunstâncias caracterizadoras da decretação da prisão preventiva: garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, conveniência da instrução penal e asseguramento da aplicação da lei penal;
- d) Admite-se a decretação da prisão preventiva para os crimes dolosos, não sendo aplicável aos crimes culposos.

2. O inquérito policial pode ser considerado um

- a) procedimento inquisitivo escrito, sigiloso e não-contraditório
- b) processo inquisitivo oral, público e contraditório
- c) procedimento acusatório oral, público e não-contraditório
- d) processo acusatório sigiloso, escrito e contraditório

3. No rol de requisitos e pressupostos para a decretação da prisão preventiva do art. 312 do CPP não consta o(a)

- a) asseguramento da aplicação da lei penal
- b) conveniência da instrução criminal
- c) satisfação do clamor público causado pelo crime.
- d) prova da existência do crime e indício suficiente de autoria

4. Entre os critérios de fixação da competência jurisdicional previstos no Código de Processo Penal (CPP) não se inclui a

- a) localidade da infração
- b) prerrogativa de função
- c) nacionalidade da vítima
- d) prevenção

5. São crimes de ação penal pública condicionada:

- a) homicídio doloso e homicídio culposos.

- b) lesão corporal leve e lesão culposa.
- c) lesão corporal grave e lesão gravíssima.
- d) furto e aborto

6. Com relação à prisão em flagrante delito, é INCORRETO afirmar que

- a) podem as autoridades policiais prolongar o flagrante com intuito de obter mais informações e provas para o desmantelamento de uma organização criminosa.
- b) pode a autoridade policial preparar o flagrante, induzindo o agente ao cometimento de um fato delituoso.
- c) presume-se em flagrante delito aquele que é encontrado, logo após o fato, com instrumentos usados para o cometimento de um fato delituoso.
- d) pode a autoridade policial deixar de efetuar a prisão em flagrante, em crime de menor potencial ofensivo, se o autor do fato se comprometer a comparecer à audiência preliminar no termo circunstanciado de ocorrência.

7. O prazo para o ajuizamento da queixa-crime é

- a) de seis meses, iniciando a fluência desse prazo no dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime
- b) de dois meses, iniciando a fluência desse prazo no dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- c) de seis meses, iniciando a fluência desse prazo no dia seguinte ao dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.
- d) de dois meses, iniciando a fluência desse prazo no dia seguinte ao dia em que o ofendido vem a saber quem é o autor do crime.

8. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito policial

- a) deverá terminar no prazo de quinze dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante.
- b) será iniciado, nos crimes de ação pública, exclusivamente mediante requisição do Ministério Público ou requerimento do ofendido ou de seu representante legal
- c) não poderá ser arquivado pela autoridade policial, ainda que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.
- d) deverá terminar no prazo de sessenta dias quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- e) é um ato de jurisdição e seus vícios afetaram a ação penal a que deu origem.

9. Com relação a liberdade provisória é correto afirmar que

- a) Em regra, o réu livrar-se-á solto mediante o pagamento de fiança quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada não exceder a 6 meses.
- b) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção ou prisão simples.
- c) A fiança não poderá ser concedida sem prévia audiência do Ministério Público sob pena de nulidade do ato.
- d) Não será concedida fiança ao que estiver no gozo de suspensão condicional da pena, inclusive se processado por crime culposos que admita fiança.
- e) O réu afiançado não poderá ausentar-se por mais de 3 dias de sua residência sem comunicar a autoridade processante o lugar onde será encontrado

10. O inquérito policial, nos crimes de ação penal pública, será iniciado

- a) apenas mediante requisição do Ministério Público, detentor da legitimidade exclusiva para a propositura da ação penal pública.
- b) apenas de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- c) apenas mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo
- d) apenas de ofício ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- e) de ofício; mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AValiação DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Assinale a opção correta com relação aos Atos Administrativos

- a) Os requisitos da competência, finalidade, forma serão sempre vinculados, mesmo no ato discricionário.
- b) O requisito da competência pode ser delegado exceto nos casos de edição de atos de caráter normativo, decisões de recursos judiciais e administrativos e em relação as matérias de competência privativa do órgão ou autoridade.
- c) Realizada a motivação esta se transforma em elemento vinculado de validade do ato administrativo, desde que seja obrigatória.
- d) O ato viciado por afronta ao requisito da finalidade configurará excesso de poder.

2. Com relação aos Atos Administrativos assinale a opção INCORRETA:

- a) São atos de gestão aqueles em que a Administração os pratica sem usar de sua supremacia sobre os administrados atuando em igualdade de condições. Os atos de império por sua vez, são aqueles que a Administração age usando de sua supremacia sobre os administrados.
- b) O ato composto é aquele que se origina da conjugação de vontade de dois ou mais órgãos ou agentes, com distintas competências para o seu aperfeiçoamento. O ato complexo por sua vez é aquele que resulta da manifestação de um órgão, mas depende da manifestação de outro para se tornar exequível.
- c) O ato administrativo deverá ser anulado pela Administração em caso de ilegalidade gerando, a sua decisão, efeitos ex tunc. Deverá, no entanto, ser revogado somente pela Administração quando se tornar inconveniente ou inoportuno gerando, neste caso, efeitos ex nunc.
- d) Ocorrerá a cassação do ato administrativo quando o ato apesar de ser inicialmente legal tornar-se ilegal durante a sua execução por culpa ou dolo do particular.

3. Acerca dos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A disciplina contratual estabelecida pela lei de licitações e contratos é aplicável à administração pública, portanto, a expressão administração, sempre que referida de modo generalizado no mencionado diploma normativo, deve ser entendida como Poder Executivo.
- b) O contrato administrativo sujeita-se integralmente ao regime dos contratos privados.
- c) A isonomia veda qualquer diferenciação entre os particulares para contratação com a administração pública.
- d) O contrato administrativo tem íntima relação com a democratização do Estado, pois, em um Estado autoritário, os bens e serviços podem ser requisitados compulsoriamente ou apropriados pelos governantes sem maiores formalidades.
- e) A doação de bens em favor da administração pública exige licitação prévia.

4. Considerando a distinção tradicionalmente reconhecida em nossa doutrina entre contratos administrativos e contratos da administração, é correto afirmar que a *exceptio non adimpleti contractus* (exceção do contrato não-cumprido)

- a) é aplicável apenas aos contratos administrativos.
- b) como regra, poderá ser aplicada aos contratos administrativos, mas apenas quando houver atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração.
- c) não é aplicável a qualquer de tais contratos, em vista da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- d) é aplicável apenas aos contratos da administração.
- e) como regra, poderá ser aplicada aos contratos da administração, mas apenas em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra.

5. O contrato administrativo através do qual o Poder Público faculta ao particular a utilização exclusiva de bem público, para que o explore conforme sua destinação específica, é chamado de:

- a) Concessão de uso.
- b) Permissão de uso.
- c) Autorização de uso.
- d) Cessão de uso.

6. Não se constitui como característica do contrato administrativo:

- a) A existência de cláusula exorbitante.
- b) A celebração no específico interesse das partes contratantes.
- c) O resguardo do equilíbrio econômico-financeiro.
- d) A rescisão unilateral pela Administração Pública.

7. No contrato administrativo, a vedação ao contratado de, sem previsão no edital, ceder total ou parcialmente os direitos contratuais e o cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração Pública, refere-se à característica especial da:

- a) cláusula exorbitante.
- b) inalterabilidade.
- c) finalidade pública.
- d) adesividade.
- e) intransferibilidade.

8. A respeito dos contratos administrativos, assinale a opção incorreta.

- a) É possível a existência de contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado
- b) Fato do príncipe é situação ensejadora da revisão contratual para a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- c) Força maior e caso fortuito são eventos imprevisíveis e inevitáveis, que geram para o contratado excessiva onerosidade ou mesmo impossibilidade da normal execução do contrato
- d) Ocorre fato da administração quando uma ação ou omissão do poder público especificamente relacionada ao contrato impede ou retarda a sua execução
- e) Interferências imprevistas consistem em elementos materiais que surgem durante a execução do contrato, dificultando extremamente a sua execução e tornando-a insuportavelmente onerosa.

9. Sobre a inexecução do contrato administrativo, é INCORRETO: afirmar:

- a) Em regra, se houver atraso superior a noventa dias dos pagamentos devidos pela Administração, o contratado tem o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.
- b) Se houver sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo
- c) Se ocorrer caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada e que impeça a execução do contrato, poderá a Administração Pública rescindir unilateralmente
- d) No caso de não cumprimento das especificações ou do projeto do contrato administrativo, poderá acarretar rescisão unilateral e, dentre outras sanções, retenção de eventuais créditos até o limite dos prejuízos causados à Administração
- e) Nos casos de inexecução de contrato e conseqüente rescisão por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, independentemente de eventual culpa do contratado, este, só terá direito à devolução da garantia

10. Tendo em vista a formalização dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta

- a) Os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos se, decorridos 30 (trinta) dias da data da entrega das propostas, não forem convocados para a contratação
- b) São instrumentos de formalização do contrato administrativo, dentre outros, a nota de empenho de despesa, a autorização de compra e a ordem de execução de serviço
- c) Nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, o termo de contrato é facultativo, podendo ser substituído por contrato verbal e informal
- d) Os aditamentos relativos a direitos reais sobre imóveis serão lavrados nas repartições interessadas
- e) É indispensável o termo do contrato ou a ordem de execução de serviço nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AValiação DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação

PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

DIREITO EMPRESARIAL

1. Em relação aos contratos mercantis é CORRETO afirmar:

- a) faturizador e faturizado têm que ser, necessariamente, pessoa jurídica;
- b) o vínculo empregatício entre franqueado e franqueador só se verificará se houver cláusula expressa;
- c) o representante poderá resolver o contrato face à inobservância da cláusula de exclusividade pelo representado;
- d) o vendedor poderá exigir uma caução do comprador falido (massa falida) como condição para entrega da coisa.

2. Assinale a opção correta relativamente aos títulos de crédito.

- a) A característica comum a todos os títulos de crédito, além da literalidade, é a abstração, isto é, eles circulam desvinculadamente da causa ou do negócio jurídico que lhes deu origem como forma de garantir-lhes a autonomia cambiária.
- b) O título de crédito à ordem não traz inscrito na cártula o nome do beneficiário do crédito, permitindo-se que o pagamento se faça àquele que apresentá-lo e exigir o cumprimento da obrigação.
- c) Por ser o aval uma garantia autônoma que se dá ao pagamento de um título de crédito, a responsabilidade do avalista deixa de existir caso a obrigação avalizada seja nula.
- d) O título nominativo pode ser transferido por meio de endosso, em branco ou em preto, sendo necessária a averbação do ato negocial no registro do emitente do título para que a transferência possa gerar efeitos.
- e) Com a circulação do título de crédito, o novo adquirente terá o seu direito regido pela relação cartular, podendo exigir do signatário anterior, observados os requisitos legais, somente o que consta do título, não se admitindo, entretanto, que a ele sejam opostas as exceções pessoais que o devedor originário tinha perante seu credor.

3. Assinale a alternativa correta a respeito do cheque.

- a) O aceite apostado no cheque nominal obriga à pessoa nomeada o seu protesto.
- b) Quando o cheque é emitido entre lugares com calendários diferentes, considera-se como de emissão o dia correspondente do calendário do lugar da emissão.
- c) O endosso lançado em cheque deve ser puro e simples, reputando-se não escrita qualquer condição a que seja subordinado.
- d) Em matéria de cheque, o mandato contido no endosso se extingue pela superveniência da incapacidade do endossante.
- e) O portador só pode promover a execução do cheque contra o emitente.

4. Assinale a alternativa correta a respeito dos efeitos da duplicata.

- a) É título de crédito causal, porque sempre está vinculada a uma causa que é um negócio comercial.
- b) Não pode ser transferida por endosso.
- c) Pode ser transferida por endosso, mas é incabível a garantia do aval.
- d) Não pode ser protestada sem o aceite do comprador.

5. Quanto ao cheque, pode-se afirmar que

- a) é título de crédito não causal, à vista, e que pode ser endossado em branco ou em preto pelo titular do crédito, que passa a ser devedor solidário pelo endosso.
- b) é título crédito causal, exigível apenas quando a relação jurídica da qual se originou o débito for válida.
- c) é título de crédito que pode ser emitido para pagamento à vista ou a prazo, como nos casos dos cheques pós-datados.
- d) é título de crédito não causal, que não pode ser ao portador, devendo ser obrigatoriamente nominal, independentemente do seu valor, e somente pode ser endossado em preto.

6. O protesto do cheque é

- a) dispensável para a cobrança executiva contra o emitente.
- b) indispensável para a cobrança executiva contra o avalista do emitente.
- c) facultativo para o requerimento da falência do emitente.
- d) facultativo para o requerimento de falência do endossante.
- e) indispensável para a cobrança executiva contra o endossante e seu avalista.

7. Em relação às duplicatas, pode-se afirmar que

- a) são títulos exclusivamente mercantis, criados pelo direito brasileiro, de emissão obrigatória pelo comerciante que vender mercadorias a prazo.
- b) a duplicata pode ser protestada por falta de aceite, de devolução ou de pagamento, e no caso do devedor não devolver o título, o protesto dar-se-á por indicações fornecidas pelo credor ao cartório de protestos.
- c) a emissão de triplicata, nos casos de perda, extravio ou retenção da duplicata pelo comprador, é prática autorizada por lei e usualmente utilizada pelo credor.
- d) o protesto da duplicata mercantil aceita é requisito essencial para a propositura da competente ação executiva contra o devedor principal e seus eventuais coobrigados.

8. O endosso feito no título de crédito cambial a ordem, antes de seu vencimento,

- a) garante o pagamento, mas não transmite os direitos desse título.
- b) transmite os direitos e garante o pagamento desse título.
- c) garante o pagamento desse título, e equivale a uma cessão civil desse título.
- d) somente transmite os direitos desse título, mas não garante o pagamento do título.

9. O aval

- a) tem o mesmo efeito do endosso no título de crédito cambial e cambiariforme.
- b) tem o mesmo efeito de uma cessão do título de crédito cambial e cambiariforme.
- c) é uma garantia de pagamento, dada por terceiro ou por um signatário do título, dos títulos de crédito cambiais e cambiariforme.
- d) é garantia de pagamento dos contratos públicos e privados.

10. Nota promissória a vista, sem prazo de apresentação estipulado,

- a) deve ser apresentada para pagamento, dentro do prazo de 2 (dois) anos, a contar da data de sua emissão.
- b) deve ser apresentada para pagamento, dentro do prazo de 1 (hum) ano, a contar da data de sua emissão.
- c) deve ser apresentada para pagamento, dentro do prazo de 6 (seis) meses, a contar da data de sua emissão.
- d) não precisa ser apresentada para pagamento.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AValiação DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação

PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Extinguem o crédito tributário, exceto:

- a) a remissão;
- b) a compensação;
- c) a conversão de depósito em renda;
- d) a concessão de medida liminar em mandado de segurança;

2. São modalidades de extinção do crédito tributário:

- a) anistia, liminar em mandado de segurança e decadência.
- b) remissão, isenção e conversão de depósito em renda.
- c) parcelamento, anistia e compensação.
- d) pagamento, transação e remissão.

3. A decadência é forma de extinção do crédito tributário, que ocorre quando:

- a) decorridos cinco anos a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, este não é realizado.
- b) a partir de cinco anos da data de sua constituição definitiva, não é realizado o lançamento.
- c) a obrigação tributária principal é excluída em decorrência de determinação legal.
- d) o direito de a Fazenda Pública cobrar o montante tributário devido não é exercido no prazo de dez anos.

4. Relativamente ao tema responsabilidade tributária, é correto afirmar que, nos termos do Código Tributário Nacional:

- a) os pais respondem solidariamente pelos tributos devidos por seus filhos menores, inclusive no caso de ser possível à Fazenda Pública exigir diretamente dos filhos menores, estes na condição de contribuintes de direito, o cumprimento da obrigação tributária.
- b) o espólio é responsável pelos tributos devidos pelo de cujus até o dia imediatamente anterior ao falecimento.
- c) o remetente responde pessoalmente pelos tributos relativos aos bens remidos.
- d) o sucessor a qualquer título, o cônjuge meeiro e os serventuários da Justiça, nos atos em que intervierem, são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.

5. Da análise das disposições do Código Tributário Nacional, que trata da responsabilidade tributária pessoal de terceiros, constatasse que a responsabilidade tributária de terceiros emerge:

- a) de sua capacidade contributiva
- b) da prática comprovada de atos ilícitos
- c) do fato de serem dirigentes de pessoas jurídicas
- d) de acréscimo de riqueza decorrente do ato ilícito cometido, necessariamente.

6. O prazo para a constituição de créditos tributários relativos a tributos sujeitos ao regime de lançamento de ofício

- a) é de cinco anos, a contar da homologação, expressa ou tácita, do lançamento.
- b) é de dez anos, a contar da ocorrência do fato gerador.
- c) é de cinco anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador.
- d) é de dez anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador.

7. Quanto às isenções, é correto afirmar que:

- a) em razão do princípio constitucional da uniformidade geográfica, as isenções não podem ser restritas a determinada região ou território da entidade tributante;
- b) em todos os casos, as isenções podem ser revogadas ou modificadas por lei, a qualquer tempo, tendo-se em vista a regra da revogabilidade das isenções;
- c) as isenções podem ser concedidas em caráter específico, quando então se efetivam mediante despacho da autoridade administrativa em requerimento do interessado, com o qual este comprove o preenchimento das condições e requisitos previstos em lei;
- d) decorrem de regra jurídica de categoria constitucional que impede a incidência da lei ordinária de tributação.

8. O crédito tributário nasce com

- a) lançamento do tributo;
- b) a lei que instituiu o tributo;
- c) a fixação da base de cálculo do tributo;
- d) a ocorrência do fato gerador do tributo;

9. Haverá exclusão da responsabilidade tributária por sucessão, de tributos cujos fatos geradores sejam anteriores à aquisição, na hipótese da aquisição de:

- a) estabelecimento comercial em processo de falência, quando a aquisição é feita por sociedade controlada pelo devedor falido.
- b) estabelecimento comercial, quando o alienante cessa a exploração de comércio, indústria ou atividade.
- c) bem imóvel, quando do título de compra e venda consta apresentação de certidão negativa de débitos fiscais.
- d) bem móvel em leilão extrajudicial realizado por instituições financeiras.

10. São causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

- a) moratória, anistia e pagamento;
- b) depósito judicial do seu montante integral, liminar em mandado de segurança e parcelamento;
- c) antecipação de tutela, parcelamento e compensação;
- d) anistia, moratória e reclamações ou recursos administrativos com efeito suspensivo.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. À segurada da Previdência Social que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança é devido salário-maternidade pelo período de:

- a) cento e vinte dias se a criança tiver entre um e quatro anos de idade.
- b) noventa dias, se a criança tiver até um ano de idade.
- c) noventa dias, se a criança tiver entre um e quatro anos de idade.
- d) sessenta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.
- e) trinta dias, se a criança tiver de quatro a oito anos de idade.

2. De acordo com a Lei no 8.213/91, mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições,

- a) até três meses após a cessação das contribuições, o segurado que estiver suspenso ou licenciado sem remuneração.
- b) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
- c) até seis meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social.
- d) até dez meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
- e) até vinte e quatro meses após o livramento, o segurado detido ou recluso.

3. De acordo com a Lei no 8.213/91, os membros do Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo

- a) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- b) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, sendo vedada a recondução
- c) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.
- d) Presidente do Congresso Nacional, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de três anos, sendo vedada a recondução
- e) Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

4. A Lei de Benefícios da Previdência Social (Lei n. 8.213/91), no art. 11, elenca como segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de empregado, entre outros, as seguintes pessoas físicas, exceto

- a) Aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- b) Aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviço de outras empresas.
- c) O empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil, ainda que coberto por regime próprio de previdência social.
- d) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social
- e) O brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, cuja maioria do capital votante pertença a empresa brasileira de capital nacional.

5. Com relação à aposentadoria por invalidez, prevista na Lei 8.213/91, é incorreto afirmar:

- a) A aposentadoria por invalidez não será concedida ao trabalhador avulso
- b) A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência.
- c) A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz
- d) A aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% (cem por cento) do salário-de-benefício.
- e) A aposentadoria por invalidez será concedida ao trabalhador doméstico.

6. De acordo com a Lei n. 8.213/91, na parte relativa ao auxílio-doença, indique qual das opções está incorreta

- a) é um benefício de caráter continuado.
- b) é devido ao segurado.
- c) a sua extinção ocorre diante da recuperação da capacidade para o trabalho
- d) em regra, possui prazo de carência para a sua concessão.
- e) é concedido diante da incapacidade permanente para o trabalho.

7. Com relação às contribuições sociais, no âmbito da seguridade social, é correto afirmar:

- a) As contribuições sociais, de que trata o art. 195 da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
- b) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos cento e oitenta dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.
- c) São isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei complementar
- d) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da assinatura da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna
- e) As contribuições sociais de que trata o art. 195, da CF/88, só poderão ser criadas e exigidas após decorridos noventa dias da publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, da Carta Magna.

8. Quanto ao financiamento da seguridade social, de acordo com o estabelecido na CF/88 e na legislação do respectivo custeio, assinale a opção correta.

- a) A lei não pode instituir outras fontes de custeio além daquelas previstas na Constituição Federal.
- b) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.
- c) As contribuições sociais criadas podem ser exigidas no ano seguinte à publicação da respectiva lei.
- d) Há possibilidade de criar benefício previdenciário sem prévio custeio.
- e) Mesmo em débito com o sistema da seguridade social, pode a pessoa jurídica contratar com o poder público

9. Indique qual das opções está correta com relação aos objetivos constitucionais da Seguridade Social:

- a) Irredutibilidade do valor dos serviços.

- b) Eqüidade na cobertura.
- c) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- d) Seletividade na prestação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- e) Diversidade de atendimento.

10. No âmbito da Seguridade Social, com sede na Constituição Federal/88 (art. 194), podemos afirmar:

- a) A seguridade social compreende um conjunto de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, visando a assegurar os direitos relativos à saúde, à vida, à previdência e à assistência social.
- b) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- c) A seguridade social compreende um conjunto de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social
- d) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à vida e à assistência social
- e) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos constituídos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social.



INSTITUTO PROCESSUS

de Cultura e Aperfeiçoamento Jurídico

AVALIAÇÃO DIA: 13/12/2009 – 2ª chamada Recuperação
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO PENAL

PREENCHA EM LETRA DE FORMA:

Nome Completo:

RG n.

Órgão Expedidor:

Turno:

Preencher a prova com caneta azul ou preta. Não rasurar a prova.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Considere que, no julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou procedimento hermenêutico de “interpretação conforme” e declarou a inconstitucionalidade parcial, sem redução do texto, de determinado artigo de lei complementar federal. Nessa situação, considerando que o referido acórdão nada dispõe acerca da extensão dos seus efeitos, a declaração de inconstitucionalidade

- a) tem efeitos ex nunc, pois a atribuição de efeitos retroativos a um acórdão somente pode ser feita mediante determinação expressa, na própria decisão, da maioria absoluta dos membros do tribunal.
- b) tem efeitos inter partes, por tratar-se de declaração de inconstitucionalidade parcial.
- c) tem efeitos erga omnes e ex tunc.
- d) somente terá efeito vinculante caso o Senado Federal suspenda a eficácia do dispositivo declarado inconstitucional.

2. Considere que um juiz do trabalho prolatou sentença condenatória fundamentada no argumento de que determinada cláusula de um contrato de trabalho era inválida por ser incompatível com um dispositivo da Constituição da República. Nessa situação, o referido juiz

- a) editou sentença inválida, por usurpar competência privativa do STF.
- b) exerceu controle difuso de constitucionalidade.
- c) exerceu controle de constitucionalidade por via de ação.
- d) prolatou sentença inconstitucional, pois a declaração de inconstitucionalidade de cláusulas de contratos trabalhistas é uma competência privativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

3. O Enunciado da Súmula 666 do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovado na Sessão Plenária de 24/9/2003, determina que “a contribuição confederativa de que trata o art. 8.º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo”. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria ajuizou argüição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), pleiteando a imediata revogação do verbete. De acordo com o tribunal, para efeito de cabimento da ADPF, os enunciados das súmulas do STF

- a) podem ser concebidos como atos do poder público lesivos a preceito fundamental, já que não são meras expressões sintetizadas de orientações reiteradamente assentadas pela Corte, mas, antes, possuem a natureza de atos normativos.
- b) podem ser concebidos como atos do poder público lesivos a preceito fundamental. Nada obstante sejam expressões sintetizadas de orientações reiteradamente assentadas pela Corte, sua revisão não deve necessariamente ocorrer apenas de forma paulatina, por razões de economia processual.

c) não podem ser concebidos como atos do poder público lesivos a preceito fundamental, já que são expressões sintetizadas de orientações reiteradamente assentadas pela Corte, cuja revisão deve ocorrer de forma paulatina, assim como se formam os entendimentos jurisprudenciais que resultam na edição dos verbetes.

d) não podem ser concebidos como atos do poder público lesivos a preceito fundamental. Embora não sejam meras expressões sintetizadas de orientações reiteradamente assentadas pela Corte, mas, antes, possuam a natureza de atos normativos, sua impugnação pela via do controle abstrato não é possível em razão do princípio do paralelismo das formas.

4. A Lei n.º 6.538/1978 institui monopólio público das atividades postais, a ser explorado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Apesar disso, diversas empresas privadas, com o tempo, passam a atuar no setor. Para ver definitivamente reconhecida essa possibilidade, a entidade de classe que congrega tais empresas impugnou perante o STF o mencionado diploma legal. Alegou, fundamentalmente, que monopólios públicos não podem ser instituídos mediante lei ordinária, mas apenas por meio de emenda, razão pela qual a Lei n.º 6.538/1978 não teria sido recepcionada pela Constituição de 1988. O instrumento jurídico processual disponível no sistema brasileiro para se obter provimento jurisdicional, com efeitos erga omnes, que fulmine em abstrato a Lei n.º 6.538/1978, é o(a)

- a) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) ação direta de inconstitucionalidade.
- c) ação declaratória de constitucionalidade.
- d) mandado de segurança coletivo.

5. O sistema de fiscalização da constitucionalidade adotado pela Constituição Federal de 1988 não compreende a possibilidade de

- a) controle político-preventivo, exercido pelo Congresso Nacional, sobretudo pelas Comissões de Constituição e Justiça.
- b) controle político-preventivo e jurisdicional, exercido pelo presidente da República, que submete os projetos de lei suspeitos de inconstitucionalidade ao STF.
- c) controle jurisdicional, combinando os modelos difuso e concentrado, este último exercido pelo STF e pelos tribunais de justiça dos estados.
- d) controle político, exercido pelo presidente da República, quando aprecia os projetos de lei recebidos do Congresso Nacional, para sanção ou veto.

6. As decisões do STF que pronunciam a inconstitucionalidade de leis

- a) produzem sempre efeitos ex tunc, não comportando qualquer hipótese de modulação temporal.
- b) produzem sempre efeitos ex tunc quando proferidas em sede de ação direta.
- c) produzem efeitos ex tunc quando proferidas em sede de recurso extraordinário, sujeitando-se apenas excepcionalmente à modulação temporal.
- d) acarretam sempre a anulabilidade do preceito infraconstitucional quando proferidas em sede de ação direta.

7. O Supremo Tribunal Federal não tem admitido o controle por meio de ação direta de inconstitucionalidade de

- a) decreto autônomo.
- b) emenda à Constituição.
- c) tratado internacional incorporado à ordem jurídica brasileira.
- d) norma constitucional originária.

8. No tocante ao controle concentrado de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) As leis municipais não estão sujeitas a essa modalidade de controle, podendo ser impugnadas, quanto à sua constitucionalidade, apenas incidentalmente, por via de exceção.
- b) As leis municipais, como as demais leis e atos normativos federais e estaduais, estão sujeitas ao controle de constitucionalidade em face da Constituição Federal, perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- c) As leis municipais estão sujeitas ao controle de constitucionalidade apenas em relação à Constituição do respectivo estado, perante o tribunal de justiça, por via das denominadas representações de inconstitucionalidade.

d) As leis municipais estão sujeitas ao controle de constitucionalidade em relação à Constituição Federal por via de ação direta ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

9. No controle de constitucionalidade de ato normativo pela via difusa, discute-se o caso concreto. A respeito desse controle, assinale a opção correta.

a) Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade afetam somente as partes envolvidas no processo, de forma retroativa, em regra, de modo a desfazer, desde sua origem, o ato declarado inconstitucional, juntamente com todas as conseqüências dele derivadas.

b) A declaração de inconstitucionalidade terá efeitos ex tunc e erga omnes por decisão do STF, pois somente a este cabe assegurar a supremacia das normas constitucionais.

c) Os efeitos devem ser inter partes, podendo, entretanto, ser ampliados por motivos de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, em decorrência de decisão de dois terços dos membros do STF.

d) Os efeitos se tornarão ex tunc a partir do momento em que o Senado Federal editar uma resolução suspendendo a execução, no todo ou em parte, da lei ou ato normativo declarado inconstitucional por decisão definitiva do STF.

10. Com relação ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, assinale a opção incorreta.

a) A jurisprudência do STF entende que, nas ações diretas de inconstitucionalidade, o advogado-geral da União não está obrigado a fazer defesa do ato questionado, especialmente se o STF já tiver se manifestado pela inconstitucionalidade.

b) A ação declaratória de constitucionalidade só é cabível quando ficar demonstrada a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação.

c) Pode ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade o decreto legislativo aprovado pelo Congresso Nacional com o escopo de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

O governador de um estado ou a assembleia legislativa que impugna ato normativo de outro estado não tem necessidade de demonstrar a relação de pertinência da pretendida declaração de inconstitucionalidade da lei.

GABARITO PÓS PENAL – 2ª CHAMADA DE RECUPERAÇÃO – 13-12-09

DIREITO CIVIL

1. C
2. E
3. C
4. C
5. D
6. A
7. A
8. C
9. D
10. A

DIREITO PENAL

1. A
2. D
3. A
4. B
5. D
6. B
7. D
8. B
9. C
10. C

PROCESSO CIVIL

- 1.B
- 2.E
- 3.E
- 4.E
- 5.D
- 6.B
- 7.C
- 8.A
- 9.D
- 10.A

PROCESSO PENAL

- 1.B
- 2.A
- 3.C
- 4.C
- 5.B
- 6.B
- 7.A
- 8.C
- 9.B
- 10.E

ADMINISTRATIVO

1. A
2. B
3. D
4. B
5. A
6. B
7. E
8. A
9. E

10. B

*** EMPRESARIAL**

1.C

2.E

3.C

4.A

5.A

6.A

7.B

8.B

9.C

10.D

TRIBUTÁRIO

1.D

2.D

3.A

4.C

5.B

6.C

7.C

8.D

9.C

10.B

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. E

2. B

3. E

4. C

5. A

6. E

7. A

8. B

9. C

10. B

CONSTITUCIONAL

1. C

2. B

3. C

4. A

5. B

6. C

7. D

8. B

9. A

10. D